

**ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA
E GESTÃO EDUCACIONAL**

**STATE OF KNOWLEDGE ON LARGE SCALE EVALUATION AND
EDUCATIONAL MANAGEMENT**

**ESTADO DEL CONOCIMIENTO SOBRE EVALUACIÓN A GRAN ESCALA Y
GESTIÓN EDUCACIONAL**

CHIAPINOTO, Fabiane Volpato
fabianechiapinoto@gmail.com

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
<https://orcid.org/0000-0001-6114-4479>

GOMEZ, Simone da Rosa Messina
simessina@gmail.com

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
<https://orcid.org/0000-0003-1666-8016>

LUNARDI, Elisiane Machado
elisiane.lunardi@gmail.com

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
<http://orcid.org/0000-0002-2276-2466>

RESUMO O objetivo deste trabalho foi construir o estado do conhecimento acerca das publicações científicas a partir dos descritores gestão escolar e avaliação em larga escala. Como metodologia utilizou-se a análise bibliométrica na base de dados *SciELO* no período de 2000 à 2017, dos foram analisados dez artigos de cada descritor. Os resultados apontam: a necessidade da gestão democrática; falta de capacitação para a inclusão; sobrecarga docente; o condicionamento da autonomia dos gestores pela lógica neoliberal; a aquisição dos sistemas de ensino privados pelas prefeituras; críticas às políticas de avaliação baseadas em “culpabilização”; trabalhos que relacionam o IDEB com o contexto escolar. Concluiu-se que o projeto educacional brasileiro não pode ser analisado somente a partir dos dados quantitativos das avaliações em larga escala.

Palavras-chave: Gestão educacional. Gestão escolar. Políticas públicas. Avaliação em larga escala.

ABSTRACT The objective of this work was to build the state of knowledge about scientific publications from the descriptors of school management and evaluation on a large scale. As a methodology, bibliometric analysis was used in the *SciELO* database from 2000 to 2017, of which ten articles of each descriptor were analyzed. The results point out: the necessity of democratic management; lack of capacity for inclusion; teaching overload; the conditioning of the autonomy of managers by the neoliberal



logic; the acquisition of private education systems by municipalities; criticisms of "blame-based" evaluation policies; works that relate the IDEB to the school context. It was concluded that the Brazilian educational project can not be analyzed only from the quantitative data of the large-scale evaluations.

Keywords: Educational management. School management. Public policies. Large scale evaluation.

RESUMEN El objetivo de este trabajo era construir el estado de conocimiento sobre publicaciones científicas a partir de los descriptores de gestión educacional y evaluación a gran escala. Como metodología se utilizó el análisis bibliométrico en la base SciELO en el periodo de 2000 a 2017, de los cuales fueron analizados diez artículos de cada descriptor. Los resultados apuntan la necesidad de gestión democrática; falta de capacitación para la inclusión; sobrecarga docente; el condicionamiento de la autonomía de los gestores por la lógica neoliberal; la adquisición de los sistemas de educación privados por los ayuntamientos; críticas a las políticas de evaluación basadas en "culpabilidad", trabajos que relacionan el IDEB al contexto escolar. Se concluye que el proyecto educacional brasileño no puede ser analizado solamente a partir de datos cuantitativos de las evaluaciones a larga escala. **Palabras clave:** Gestión educacional. Gestión escolar. Políticas públicas. Evaluación a larga escala.

1 INTRODUÇÃO

A gestão educacional e o sistema nacional de avaliação são indissociáveis no contexto educacional brasileiro. Os desafios emergentes das referidas temáticas geram a necessidade de compreender o que vem sendo construído como pesquisa, ao longo dos anos, em termos de práticas e direcionamento das produções.

Este artigo tem como objetivo construir o estado do conhecimento acerca das publicações científicas nas áreas de gestão educacional e avaliação em larga escala. Como metodologia utilizou-se a análise bibliométrica na base de dados *SciELO Citation Index (Web of Science)*, no período de 2000 à 2017.

Na seção seguinte, tem-se o referencial teórico que trata das políticas públicas de avaliação em larga escala e gestão escolar. Após, apresenta-se a metodologia empregada neste estudo. Na sequência, é realizada a análise e discussão das produções. Por fim, têm-se as considerações.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA



A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em março de 1990, foi a principal influência para a avaliação em larga escala. As conferências posteriores, Dakar (2000), no Senegal e Incheon (2015), na Coreia do Sul, também reforçam a utilização de avaliações dessa natureza. Salienta-se também o Relatório Delors, produzido entre 1993 e 1996 pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), financiada por órgãos internacionais como o Banco Mundial (BM), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), entre outros organismos, em associação com governos e Organizações não Governamentais (ONGs) e coordenada pelo francês Jacques Delors (LAURENTINO, 2014).

Com a difusão deste relatório, a educação básica foi nivelada por igual na maior parte do globo. Ainda nessa década, destaca-se a atuação de organismos internacionais como a UNESCO e o Banco Mundial como impulsionadores externos das reformas educacionais. Já ao final da década de 1980 a educação básica do Brasil passa a ser objeto de avaliações em larga escala, as quais ganham mais força a partir da década de 1990. Num primeiro momento, tais avaliações são tidas como necessárias para o monitoramento do desempenho de seus estudantes em provas padronizadas, a fim de possibilitar comparações entre redes e escolas. Essa estratégia ganhou densidade com a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb no início dos anos 1990, fruto de algumas iniciativas de avaliação patrocinadas pelo Ministério da Educação – MEC (ALAVARSE *et al.*, 2013).

Em 2005, o Saeb foi reestruturado e passou a ser composto por duas avaliações: a Avaliação Nacional da Educação Básica – Aneb, que manteve as características, os objetivos e os procedimentos da avaliação efetuada até aquele momento pelo Saeb, e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Anresc, conhecida como Prova Brasil, formulada com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino das escolas das redes públicas. Ambas têm como objeto a avaliação de língua portuguesa, com ênfase em leitura e matemática, cujo foco é a resolução de problemas.

No ano de 2007 foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, a fim de mensurar a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino.



Atualmente ele é o principal indicador de avaliação da educação básica no País. Este índice cruza dados da escola através do Censo Escolar, o fluxo (aprovação, reprovação, abandono e evasão), e de avaliações em larga escala como a Prova Brasil. Através desses resultados políticas são criadas, finalizadas ou ampliadas. Franco, Alves e Bonamino (2007, p. 991) apontam que “o princípio do IDEB é o de que qualidade da educação pressupõe que o aluno aprenda e passe de ano”.

A formulação do IDEB tem traços objetivos:

Art. 3- A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no Ideb, calculado e divulgado periodicamente pelo Inep, com base nos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil) (BRASIL, 2007).

O Plano Nacional de Educação – PNE sinaliza esforços contínuos de eliminação de desigualdades que são históricas no País. Elaborado com esses compromissos, debatidos e apontados como estratégicos pela sociedade na Conferência Nacional de Educação – CONAE, de 2010, os quais foram aprimorados no Congresso Nacional, o documento apresenta um conjunto de metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais. Nesse sentido, ao que diz respeito ao IDEB, a Meta 7 visa:

fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio (BRASIL, 2014).

Embora o IDEB tenha um papel fundamental ao conferir objetividade à discussão sobre Educação no Brasil, a capacidade do indicador de diagnosticar a qualidade da Educação nas escolas e redes de ensino é limitada. O índice é mais uma ferramenta de análise, podendo ser utilizado junto à outros estudos e indicadores, até mesmo regionais, que estejam mais próximos da realidade das escolas.

Para Laurentino (2014) a concepção de qualidade associada ao IDEB não contempla aspectos do processo pedagógico. No entanto, consideram-se



potencialidades atribuídas a facilidade de apreensão, mesmo que parcial, da realidade educacional brasileira e por articular dois elementos: o aumento da aprovação e o aumento do desempenho. Desse modo, admite-se que tais elementos façam parte do processo escolar que se pretenda como de qualidade. Ainda, a conceituação e o dimensionamento da qualidade da educação escolar se constituem num complexo problema político e pedagógico, pois concentram leituras da sociedade, da escola e das relações que entre elas se estabelecem.

Oliveira e Araújo (2005) argumentam a necessidade de que os resultados de avaliações externas sejam incorporados. No entanto, os autores defendem que não se estabeleça um determinismo nas relações entre eles e o trabalho dos professores, como se estes profissionais fossem únicos e plenamente responsáveis pelos resultados escolares.

3 GESTÃO EDUCACIONAL, GESTÃO ESCOLAR E GESTÃO DEMOCRÁTICA: CONCEPÇÕES

A gestão educacional é baseada na organização dos sistemas de ensino federal, estadual e municipal e das incumbências desses sistemas; das várias formas de articulação entre as instâncias que determinam as normas, executam e deliberam no setor educacional; e da oferta da educação pelo setor público e privado. Cada sistema tem um papel a desempenhar no contexto educacional do País. No que diz respeito a educação básica, cabe aos Estados, Distrito Federal e Municípios ofertá-la, por sua vez, o ensino médio é um dever dos Estados e do Distrito Federal e a educação infantil dos Municípios, conforme Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996).

Diferente da gestão educacional, a gestão escolar, trata das incumbências que os estabelecimentos de ensino possuem, respeitando as normas comuns dos sistemas de ensino. Cada escola deve elaborar e executar sua proposta pedagógica; administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; cuidar do ensino-aprendizado do aluno, proporcionando meios para a sua recuperação; e articular-se com as famílias e a comunidade, proporcionando um processo de integração (VIEIRA, 2005).



Outro ponto importante na gestão escolar é a autonomia que a escola possui e que está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Através dessa autonomia, as escolas conseguem atender as especificidades regionais e locais, assim como as diversas clientela e necessidades para o desenvolvimento de uma aprendizagem de qualidade.

Nessa direção, podemos perceber que a gestão educacional é compreendida através das iniciativas desenvolvidas pelos sistemas de ensino. Já a gestão escolar, situa-se no âmbito da escola e trata das tarefas que estão sob sua responsabilidade, ou seja, procura promover o ensino e a aprendizagem para todos.

Para tanto, um dos grandes desafios está em compreender, na atualidade, o verdadeiro sentido dos termos “gestão educacional” e “administração educacional”. A gestão educacional é uma expressão que ganhou evidência na literatura e aceitação no contexto educacional, sobretudo a partir de década de 1990, e vem se constituindo em um conceito comum no discurso de orientação das ações de sistemas de ensino e de escolas. “[...] O conceito de gestão resulta de um novo entendimento a respeito da condução dos destinos das organizações, que leva em consideração o todo em relação com as partes e destas entre si, de modo a promover maior efetividade do conjunto”. (LÜCK, 2006, p. 33-34).

Assim, entende-se que o termo “administração escolar” não abrange a gestão educacional na sua complexidade. A gestão educacional tem pelo menos três dimensões a serem consideradas: a dimensão política caracterizada pela participação de toda comunidade envolvida na construção dos processos de decisão; a dimensão pedagógica referente a organização do ensino: planejamento, currículo e avaliação; e a dimensão administrativa que promove as condições para que o ensino aconteça: a logística de infraestrutura, dos recursos humanos e dos recursos financeiros.

Conforme Lück (2006) a gestão é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação e planejamento de seu trabalho. Em seu artigo 206, parágrafo 6º, a Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), dispõe que o ensino será ministrado nos princípios de: “Gestão democrática do ensino público, na forma da lei”.



Para Dourado (2006) a gestão democrática, como instrumento de participação e autonomia, é um processo contínuo que almeja a transformação da instituição e da própria sociedade na qual está inserida:

Processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do “jogo” democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as práticas educativas. (DOURADO, 2006, p. 79).

De acordo com Libâneo (2004) é importante mostrar que o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola é a participação, e que a autonomia é um dos princípios mais importantes nessa construção.

Assim, cabe à gestão escolar incluir, em suas práticas, os princípios da gestão democrática de acordo com a legislação, não apenas como um protocolo, mas num sentido de agregar a comunidade em torno da escola a fim de transformar sua realidade.

4 METODOLOGIA

De acordo com Morosini e Fernandes (2014, p. 155) o estado do conhecimento é entendido como “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo”, de modo que se reúnem diversas revistas e documentos como artigos, teses, dissertações e livros acerca da temática de interesse do pesquisador. Nesse contexto, considera-se que a construção de uma produção científica está além do pesquisador, perpassando pela influência da instituição na qual está inserido, do país em que vive e de suas relações em âmbito global.

Para sistematizar o estado do conhecimento é realizado um estudo bibliométrico descritivo, com abordagem quantitativa, o qual visa alcançar um aprofundamento sobre as publicações relevantes presentes na literatura nacional sobre os temas: gestão escolar e avaliação em larga escala. Para Pritchard (1969), a bibliometria é aplicada em pesquisas que visam analisar estatisticamente os processos de comunicação escrita. De modo semelhante, Silva (2004) e Leite Filho



(2008) mencionam que ela objetiva a avaliação da atividade científica ou técnica de um determinado campo do conhecimento através do estudo quantitativo de publicações.

A base de dados utilizada é a *SciELO Citation Index (Web of Science)*, uma vez que, esta base possui um amplo espectro de publicações relacionadas às ciências humanas, com ênfase na educação, sendo, por isso, escolhida como a que mais se adequa ao objetivo do trabalho. Os termos empregados na consulta são: “gestão escolar” ou “gestão educacional” ou “gestor” e “educação”, para o estudo de publicações relacionadas à gestão escolar, sendo encontrados 202 registros. Ao que diz respeito à avaliação em larga escala, os termos utilizados são: “avaliação em larga escala” ou “IDEB” ou “SAEB” e “educação”, sendo obtidos 77 trabalhos. O período de busca é de 2000 a 2017 para que haja um panorama da temática no século XXI e por ser um período de consolidação da Nova Gestão Pública, de forte influência de organismos internacionais e, especialmente pelo advento da globalização. A área de busca é “pesquisa em educação”, de artigos, já que estes documentos podem trazer pesquisas de maior escopo, como teses e dissertações, tendo uma estrutura em comum, o que facilita a análise, sendo eles publicados no Brasil e em idioma português.

Com base neste refinamento, identificam-se as características gerais das publicações, como anos, títulos das fontes (revistas em que os artigos foram publicados), instituições (universidades dos autores) e autores. Ainda, são registrados os títulos dos 10 artigos mais citados, bem como o respectivo número de citações deles. Os 10 trabalhos mais citados são analisados, de modo que são expostos seus objetivos e resultados.

5 ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES

A seção 5.1 apresenta as características de cunho geral como dados referentes à quantidade de publicações por anos, os autores responsáveis pelas publicações e os periódicos em que estes artigos foram publicados. Além disso, na seção 5.2 é realizada uma análise qualitativa dos dez artigos mais citados de cada tema.



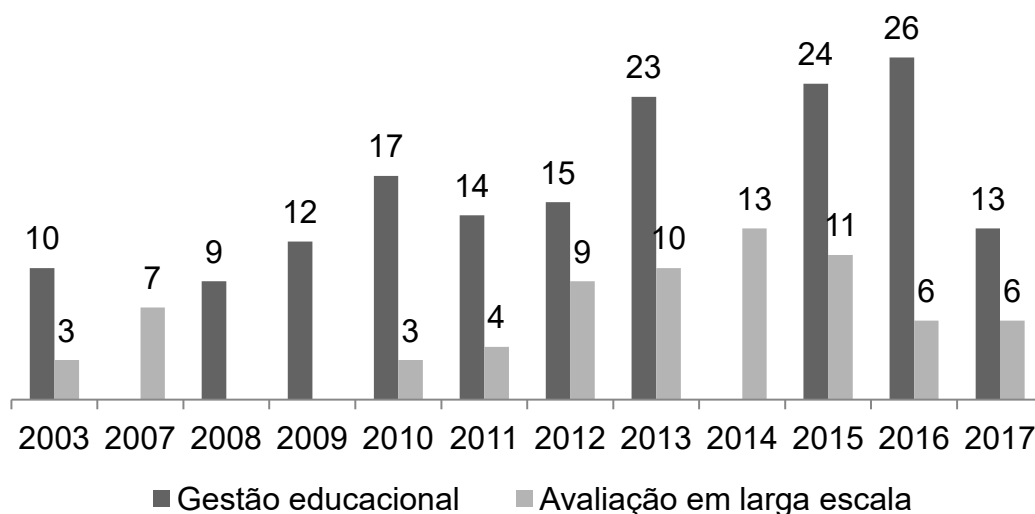
5.1 Características gerais das publicações

A seguir são apresentadas as características gerais das 202 publicações sobre gestão escolar e dos 77 registros acerca da avaliação em larga escala, no período de 2000 a 2017, pesquisados na base de dados *SciELO Citation Index*.

5.1.1 Anos das publicações

Tem-se na Figura 1 a disposição dos registros por ano, do período de 2000 a 2017. Nota-se que só a partir de 2003 foram encontrados artigos, sendo que nos anos de 2004, 2005 e 2006 não há publicações para gestão educacional, nem avaliação em larga escala.

Figura 1 – Anos das publicações sobre gestão educacional e avaliação em larga escala, de 2000 a 2017



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa (2017).

Pesquisas sobre gestão educacional tem sua concentração entre 2015 e 2016. A instituição brasileira que mais publica sobre a temática é a Universidade de São Paulo. Frente a isso, assinala-se que este período coincide com a Lei Complementar Nº 1.256/2015, do Estado de São Paulo, que “Dispõe sobre Estágio Probatório e institui Avaliação Periódica de Desempenho Individual para os ocupantes do cargo de Diretor de Escola e Gratificação de Gestão Educacional para os integrantes das



classes de suporte pedagógico do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação e dá providências correlatas”, o que pode ter fomentado a produção sobre o assunto (SÃO PAULO, 2015).

Em 2014, entrou em vigor o novo Plano Nacional de Educação no Brasil (Lei 13.005/2014) que, dentre diversos pontos resultantes de um amplo debate com vários segmentos da sociedade civil organizada, propõe vinte grandes metas que deverão ser realizadas até o ano de 2024 (BRASIL, 2014). Dentre essas metas destaca-se a da Gestão Democrática da Educação (Meta 19). É possível destacar nas estratégias 19.7 e 19.8 o incentivo à autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira dos estabelecimentos de ensino e o desenvolvimento de programas de formação de diretores e gestores escolares. Estas orientações podem ser também motivadoras de estudos na área (BRASIL, 2014).

5.1.2 Autores das publicações

São expostos na Tabela 1 os nomes dos 10 autores que mais publicaram sobre a temática, de 2000 a 2017. Há de se considerar que o percentual sobre o total de publicações com relação à gestão é de 21,29%, sinalizando que não há concentração quanto à autoria. No entanto, para os artigos relativos à avaliação em larga escala, tem-se um percentual de 44,16, indicando uma maior concentração.

Tabela 1 – Autores e respectiva produção acerca da gestão educacional e da avaliação em larga escala, de 2000 a 2017

Gestão educacional	N.	Avaliação em larga escala	N.
Martins, Angela Maria	7	Soares, Jose Francisco	5
Souza, Angelo Ricardo de	5	Sousa, Sandra Zakia	4
Aguiar, Marcia Angela	5	Soares, Tufi Machado	4
Oliveira, Romualdo Portela de	4	Freitas, Luiz Carlos de	4
Oliveira, Dalila Andrade	4	Oliveira, Romualdo Portela de	3
Gouveia, Andrea Barbosa	4	Franco, Creso	3
Gomes, Candido Alberto	4	Bonamino, Alicia	3
Adrião, Theresa	4	Alves, Maria Teresa Gonzaga	3
Vieitez, Candido Giraldez	3	Alves, Fatima	3
Marques, Luciana Rosa	3	Schneider, Marilda Pasqual	2
Total	43	Total	34



Percentual que representa com relação às 202	21,3	Percentual que representa com relação às 77	44,1
--	------	---	------

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa (2017).

O autor Oliveira figura entre os que mais publicam tanto no tema gestão quanto avaliação, com respectivamente 4 e 3 artigos publicados no período. A autora Martins possui mais publicações acerca da gestão, ela é pesquisadora da Fundação Carlos Chagas desde 1996 na área de política e gestão da educação básica. Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Cidade de São Paulo e coordenadora do Mestrado Profissional Formação de Gestores Educacionais na mesma instituição. Dessa forma, pela trajetória profissional é possível compreender a afinidade com o tema.

Já o autor Soares, o qual possui mais publicações sobre avaliação, recebeu o "Prêmio Fundação Bunge" de avaliação educacional em 2012, na categoria Vida e Obra. No mesmo ano, assumiu a presidência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), cargo que não ocupa atualmente.

5.1.3 Periódicos das publicações

Na Tabela 2, observam-se os nomes 10 revistas que mais têm trabalhos sobre gestão e avaliação.

Tabela 2 – Periódicos das publicações e respectiva produção acerca da gestão educacional e da avaliação em larga escala, de 2000 a 2017

Gestão educacional	N.	Avaliação em larga escala	N.
Educação & Sociedade	41	Ensaio Avaliação e Políticas Públicas em Educação	17
Ensaio Avaliação e Políticas Públicas em Educação	36	Educação e Pesquisa	10
Educação e Pesquisa	18	Educação & Sociedade	9
Cadernos de Pesquisa	18	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	8
Revista Brasileira de Educação	15	Cadernos de Pesquisa	8
Educar em Revista	15	Educação em Revista	5
Educação em Revista	15	Revista Brasileira de Educação	4
Educação Realidade	7	Educação Realidade	4
Cadernos CEDES	7	Revista da Avaliação da Educação Superior	3
Revista da Avaliação da Educação Superior	7	Cadernos CEDES	2
Total	179	Total	70



Percentual que representa com relação às 202	88,6	Percentual que representa com relação às 77	90,9
--	------	---	------

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa (2017).

Ainda de acordo com a Tabela 2, nota-se que as 10 revistas que mais publicam dão conta de 88,61% dos artigos relacionados à gestão educacional, considerando que o total de registros é de 202 e as 10 revistas já somam 179 deles. Este percentual é ainda maior quanto à avaliação em larga escala, chegando aos 90,91%, dado que o total de estudos são 77 e as 10 revistas computam 70 deles.

5.2 Análise dos artigos mais citados sobre gestão educacional e avaliação em larga escala

A busca trouxe 202 artigos relacionados a gestão educacional e 77 à avaliação em larga escala, estes trabalhos foram ordenados do maior ao menor número de citações (uma das funcionalidades da base de dados utilizada). Assim, o Quadro 1 exhibe o título dos trabalhos e o respectivo número de citações. Opta-se pela classificação através da contagem de citações para que se verifiquem quais pesquisas têm maior relevância na área, sendo então mais conhecidos e utilizados em outros trabalhos.

Quadro 1 – Título dos dez artigos mais citados e o respectivo número de citações sobre gestão educacional e avaliação em larga escala, de 2000 a 2017

Gestão educacional		Avaliação em larga escala	
Título	N.	Título	N.
A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização (OLIVEIRA, 2004)	44	Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica (SOARES; ALVES, 2003)	25
Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de "sistemas de ensino" por municípios paulistas (ADRIÃO et al., 2009)	17	Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino (FREITAS, 2007)	19
Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil (SOUZA; OLIVEIRA, 2003)	17	Qualidade e equidade em educação: reconsiderando o significado de "fatores intra-escolares" (FRANCO et al., 2007)	17
O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências (ARELARO, 2005)	12	Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação (OLIVEIRA, ARAÚJO, 2005)	17
Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? (VEIGA, 2003)	11	Origem social e risco de repetência: interação raça-capital econômico (ALVES; ORTIGÃO; FRANCO, 2007)	16
Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências (SOUZA; OLIVEIRA, 2010)	10	Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola (BONAMINO; SOUSA, 2012)	14



A fonoaudiologia na relação entre escolas regulares de ensino fundamental e escolas de educação especial no processo de inclusão (RAMOS; ALVES, 2008)	10	Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências (SOUZA; OLIVEIRA, 2010)	10
Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas (DOURADO, 2007)	10	Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro (ALTMANN, 2002)	10
Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes (OLIVEIRA, 2006)	10	Melhoria do desempenho cognitivo dos alunos do ensino fundamental (SOARES, 2007)	9
O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil (BROOKE, 2006)	10	Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional (GONZAGA; SOARES, 2013)	7

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa (2017).

Entre os títulos relacionados à gestão educacional, aparecem explicitamente termos referindo-se a avaliação, conforme Lück (2006), a gestão engloba diversos segmentos e está exposta às políticas públicas que incidem sobre a escola, sendo a avaliação uma delas. Frente a isso, é natural que os trabalhos sobre gestão abordem também as avaliações, sendo elas em larga escala ou não.

A seguir, serão analisados os artigos, explorando os objetivos e os resultados das publicações do Quadro 1.

5.2.1 Objetivos e resultados dos dez artigos mais citados sobre gestão educacional

Ramos e Alves (2008) identificaram o processo de inclusão de crianças no ensino fundamental, a comunicação entre escolas de educação especial e regular e a atuação dos profissionais envolvidos, com ênfase no papel do fonoaudiólogo. Os resultados apontaram que há grande demanda para o serviço fonoaudiológico, ainda pouco presente na área educacional. Percebeu-se a falta de investimento para aperfeiçoamento pessoal dos professores, bem como para orientação aos pais acerca do processo de inclusão, o que é um problema a ser superado pela gestão escolar.

Oliveira (2004) discutiu as atuais condições de trabalho dos docentes de escolas públicas brasileiras. As mudanças trazidas pelas reformas educacionais mais recentes têm resultado em intensificação do trabalho docente, ampliação do seu raio de ação e, conseqüentemente, em maiores desgastes e insatisfação por parte deles.



Veiga (2003) discutiu o significado de inovação e projeto político-pedagógico sob duas perspectivas: como uma ação regulatória ou técnica e como uma ação emancipatória ou edificante. A inovação de cunho regulatório nega a diversidade de interesses e de atores que estão presentes. Sob a perspectiva emancipatória, a inovação e o projeto político-pedagógico estão articulados, integrando o processo com o produto, o que provocará também rupturas epistemológicas.

Arelaro (2005) faz um diagnóstico sobre a situação do ensino fundamental no Brasil, aponta impasses que esse nível de ensino vem enfrentando, em especial com relação à: implantação da escola fundamental de nove anos; debates sobre períodos e ritmos “pedagógicos”; sistemática centralizada de avaliação educacional; processo acelerado de municipalização; sistemática de financiamento; processo de (des) valorização dos profissionais. Também aponta tendências como a gestão educacional, menos democrática e mais “eficiente” e o processo de privatização dos sistemas de ensino. Ainda, analisa a produção acadêmica na área do ensino fundamental e suas consequências para as políticas públicas.

Brooke (2006) trata do surgimento da política em que a escola e seus dirigentes são responsabilizados pelos resultados dos alunos (*accountability*) e descreve os contornos e prováveis consequências das primeiras experiências no Brasil. Concluiu-se que as condições políticas na maioria dos estados representam um empecilho à adoção extensiva dessa forma de responsabilização em um futuro próximo.

Sousa e Oliveira (2003) apresentam como expressão de um *continuum* de formas organizacionais que vão do mercado puro à gestão e financiamento estatal da educação. Apresenta-se uma análise de características que estão presentes, de modo predominante, na concepção e condução de avaliações dos sistemas e instituições de ensino no Brasil. Evidenciou-se a adoção de uma lógica competitiva promotora de qualidade, articulada à implantação de incentivos que tende a produzir resultados socialmente injustos.

Dourado (2007) aborda o cenário político e pedagógico em que se realizam as políticas direcionadas à gestão da educação básica, buscando explicitar concepções, ações e programas governamentais, bem como suas interfaces com a suposta qualidade preconizada para esse nível de ensino no Brasil. Analisou-se tais políticas e programas no contexto de reforma do Estado, indicando os limites e perspectivas,



sob a ótica da construção de novos parâmetros para a qualidade e gestão democrática da escola pública.

Oliveira (2006) discute algumas consequências que a nova regulação educativa na América Latina tem sobre o trabalho docente, sobretudo, as que se referem às relações de trabalho ou profissionalização e às relativas à identidade docente. Essa nova regulação trouxe significativas mudanças à gestão escolar e, por conseguinte, às condições de trabalho nas escolas, o que resulta em reestruturação do trabalho docente.

Sousa e Oliveira (2010) apresentam resultados de pesquisa que analisam sistemas de avaliação implementados por: Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná e São Paulo, nos anos de 2005 a 2007. Observou-se que os sistemas tendem a apresentar características semelhantes e tomam como principal referência o Sistema de Avaliação da Educação Básica. Quanto ao uso dos resultados, são tênues ou inexistentes seus impactos, embora a fala de seus propositores seja carregada de retórica. No entanto, os gestores preocupam-se em tornar tais sistemas mais efetivos.

Adrião *et. al* (2009) tratam da tendência de crescimento das parcerias, pela via dos contratos, entre os municípios paulistas e empresas privadas da área educacional para a aquisição de “sistemas apostilados de ensino”. No período destacado neste trabalho, 1990 a 2007, percebe-se a ampliação deste tipo de relação. Tal percepção confirma a hipótese de dependência das esferas municipais junto ao setor privado.

5.2.2 Objetivos e resultados dos dez artigos mais citados sobre avaliação em larga escala

O trabalho de Soares e Alves (2003) analisa as desigualdades do desempenho escolar entre alunos discriminados por raça, com ênfase no impacto de algumas políticas e práticas escolares na produção de equidade entre esses grupos. Os resultados apontam que há uma grande diferença entre alunos brancos e negros e, em menor grau, entre alunos brancos e pardos e; os fatores produtores de eficácia do ensino não têm uma distribuição equânime, pois eles favorecem principalmente o desempenho escolar dos estratos socialmente mais privilegiados. Os autores



concluem ponderando que a alteração desse quadro dependerá da implementação de políticas públicas.

Freitas (2007) faz uma crítica às formas de implementar políticas de avaliação baseadas em “responsabilização” e propõe uma forma alternativa, baseada em “qualidade negociada” com envolvimento bilateral do Estado e da escola. Propõem-se elementos iniciais para uma política de Estado no campo da avaliação e localiza-se o processo de avaliação institucional da escola como o elo entre a avaliação externa de sistema e a escola e seus profissionais.

O artigo de Franco *et al.* (2007) investiga quais características escolares estão associadas ao aumento do desempenho médio das escolas. Indica-se que a escola faz diferença, em especial por meio do clima acadêmico da escola, captado pelas variáveis: passar e corrigir o dever de casa; organização de um espaço com livros; manutenção de um bom clima disciplinar e; liderança do diretor. Ainda, analisa-se a disponibilidade de recursos, captada via variáveis que mensuravam tanto a disponibilidade e conservação de equipamentos quanto a existência de pessoal e de recursos financeiros na escola. Sugeriu-se que as políticas de qualidade em educação precisam ser acompanhadas por políticas de equidade intraescolar, sem o pressuposto de que políticas de qualidade equacionem automaticamente todas as dimensões da equidade.

Oliveira e Araújo (2000) analisam o direito à educação à luz das modificações pelas quais passou a educação brasileira nos últimos anos, chamando a atenção para a necessidade de transformar o padrão de qualidade. Os autores defendem a necessidade de generalização da educação básica, com a transformação do ensino médio como etapa obrigatória. A expansão e permanência na escola fundamental por parte de populações historicamente excluídas dessa escola coloca o desafio da qualidade para todos como uma dimensão democratizadora inédita em nossa história.

No trabalho de Alves, Ortigão e Franco (2007) os resultados reproduzem os achados usuais da literatura, os quais já sinalizavam diversas variáveis sociodemográficas que aumentam o risco de reprovação (trabalho, ser do sexo masculino e ser preto). Por sua vez, o maior capital econômico é o que promove a proteção para reprovação. Mostra-se ainda, que o capital econômico não protege a



todos igualmente. Em especial, alto capital econômico aumenta o risco de reprovação de alunos que se autodeclararam pretos.

Bonamino e Sousa (2012) analisam três gerações de avaliação em larga escala. A primeira geração consiste na avaliação diagnóstica da qualidade da educação, sem atribuição de consequências diretas para as escolas e para o currículo escolar. As outras duas gerações articulam os resultados das avaliações a políticas de responsabilização, com atribuição de consequências simbólicas ou materiais para os agentes escolares. Além disso, sinaliza-se o potencial das avaliações da segunda e terceira geração para propiciar uma discussão mais informada sobre o currículo escolar, em termos das habilidades fundamentais de leitura e matemática que ainda não têm sido garantidas a todos os alunos de ensino fundamental e médio.

Altmann (2002) analisa as propostas marcadas pela presença do Banco Mundial no setor educativo. Concluiu-se que o projeto educacional brasileiro não pode ser analisado somente a partir dos dados quantitativos apresentados pelo governo, pois, vistos por si mesmos, eles não são suficientes para uma análise sobre os efeitos da expansão do ensino. Tal expansão precisa ser analisada levando-se em conta a variação de seus efeitos em diferentes contextos. Com a expansão do ensino, não há uma eliminação da exclusão, mas a criação de novos mecanismos de hierarquização e de novas formas de exclusão diluídas ao longo do processo de escolarização e da vida social.

Soares (2007) exhibe um modelo conceitual que relaciona fatores intra e extra-escolares a uma medida de desempenho cognitivo dos alunos. Aponta-se que muitos dos resultados das pesquisas relatadas na literatura internacional não foram validados por estudos empíricos no Brasil até o momento. Os melhores dados para estudo do assunto são os do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, embora tenham limitações. Salienta-se que há ações que podem ser realizadas no nível da escola com grande potencial de melhoria das proficiências. Assim, neste momento, é preciso enfatizar as políticas escolares, tendo em vista que elas só serão viáveis com a implantação da autonomia das escolas, já estabelecida em lei, porém pouco presente na prática.

Alves e Soares (2013) relacionam o IDEB com o contexto escolar, considerando para tal o perfil de seus alunos e as características do estabelecimento



de ensino. Os resultados mostram que as escolas que atendem a alunos de menor nível socioeconômico têm os piores resultados. Para essas escolas é muito mais difícil elevar o valor do indicador. Além disso, as condições de infraestrutura e de complexidade da instituição também guardam relação com o IDEB e os resultados indicam que são necessárias políticas de superação dessas limitações e que tais condições não podem ser ignoradas na análise do índice.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme objetivos explicitados neste trabalho, analisou-se as produções científicas acerca da gestão escolar e avaliação em larga escala, nos anos de 2000 a 2017. Nos artigos sobre gestão escolar foram identificadas como práticas de gestão: mecanismos mais participativos para a comunidade escolar; inovação emancipatória para a elaboração do projeto político pedagógico; inovação regulatória para a elaboração do projeto político pedagógico apenas para cumprir burocracia; falta de capacitação para a inclusão escolar; novos padrões de organização administrativa que sobrecarregam os docentes; dificuldade dos gestores com a política de responsabilização; condicionamento da autonomia dos gestores pela lógica neoliberal através da unificação de currículo e do sistema nacional de avaliação; aquisição dos sistemas de ensino privados pelas prefeituras, pois parecem propostas contraditórias e que retiram a autonomia da gestão escolar.

Com relação aos trabalhos sobre avaliação em larga escala, os resultados apontam para práticas e políticas que reforçam a desigualdade entre grupos sociais e raciais. São tecidas críticas ao modo de implementação de políticas de avaliação baseadas em “responsabilização”.

Ainda, o projeto educacional brasileiro não pode ser analisado somente a partir dos dados quantitativos advindos da avaliação de larga escala, pois, não podem ser analisados de forma isolada. Assim, é necessário uma leitura dos dados quantitativos e qualitativos, descortinando assim as especificidades dos diferentes contextos sociais.

Em relação aos desafios enfrentados na gestão escolar acerca dos sistemas de avaliação nacional, um dos problemas é que os gestores não conseguem



interpretar os dados corretamente e assim não podem aplicá-los para melhorar a qualidade da educação na sua escola. Outro agravante é o discurso do governo de que os recursos para a educação são suficientes, mas não são bem geridos, atribuindo a um problema de gestão, quando, na verdade, há uma ideologia neoliberal que busca investir nas escolas conforme seus resultados. Essa política de “eficiência” promove o ranqueamento das escolas públicas, estimulando a competição e não a qualidade educacional, gerando resultados socialmente injustos.

Assim, para que os gestores possam contribuir com a comunidade, de maneira mais efetiva acredita-se ser necessário ouvi-la e incentivá-la nos processos de tomada de decisão na escola. Além disso, os gestores necessitam de uma formação permanente sobre as avaliações nacionais a fim de gestar o planejamento educacional/escolar e promover a qualidade escolar.

Concebe-se que os gestores escolares são os representantes da comunidade, aos quais cabe o papel de questionar e exigir as providências através das políticas públicas que garantam a gestão democrática, legitimada pela Constituição Federal de 1998 (BRASIL, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996).

Portanto, na expansão do ensino não há uma eliminação da exclusão, mas a criação de novos mecanismos de hierarquização e de novas formas de exclusão diluídas ao longo do processo de escolarização e da vida social. Assim, as políticas públicas de qualidade em educação precisam ser acompanhadas por políticas de equidade.

FABIANE VOLPATO CHIAPINOTO

Doutoranda em Administração na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM Especialista em Políticas Públicas e Gestão Educacional pela UFSM. Professora na Faculdade de Direito da FADISMA.

SIMONE DA ROSA MESSINA GOMEZ

Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional pela UFSM). Técnica em Assuntos Educacionais na UFSM.

ELISIANE MACHADO LUNARDI

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Prof. Adjunta do Departamento de Administração Escolar da Universidade Federal de Santa Maria -UFSM.



REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. et al. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de "sistemas de ensino" por municípios paulistas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302009000300009>. Acesso em: 20 abr. 2018.

ALAVARSE, O. M. et al. Avaliações externas e qualidade na educação básica: articulações e tendências. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 12-31, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1783/1783.pdf>. Acesso em 14 abr. 2020.

ALTMANN, H. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. *Educação & Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 1, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022002000100005>. Acesso em: 20 abr. 2018.

ALVES, F.; ORTIGÃO, I.; FRANCO, C. Origem social e risco de repetência: interação raça-capital econômico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 130, p. 161-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742007000100008>. Acesso em: 20 abr. 2018.

ALVES, M. T. G; SOARES, J. F. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 1, jan./mar. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022013000100012>. Acesso em: 14 abr. 2020.

ARELARO, L. R. G. O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.26, n.92, p.1039-1066, out. 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302005000300015>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022012005000006>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. Decreto n. 6094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e



financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm. Acesso em: 14 abr. 2020.

BRASIL. Lei n. 13005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional da Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de jun. 2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-norma-pl.html>. Acesso em: 29 set. 2017.

BROOKE, N. O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 128, p. 377-401, mai./ago. 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742006000200006>. Acesso em: 20 abr. 2018.

DOURADO, L. F. A escolha dos dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 77-95.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, out. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300014>. Acesso em: 20 abr. 2018.

FRANCO, C; ALVES, F.; BONAMINO, A. Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 989-1014, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1728100.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

FREITAS, L. C. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300016>. Acesso em: 20 abr. 2018.

LAURENTINO, V. M. S. O índice de desenvolvimento da educação básica e o gestor escolar: trilhas a caminhar no cenário da gestão democrática. *Revista Eletrônica de Educação de Alagoas*. v. 2, n. 1, maio. 2014.

LEITE FILHO, G. A. Padrões de produtividade de autores em periódicos e congressos na área de contabilidade no Brasil: um estudo bibliométrico. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 12, n. 2, p. 533-554, abr./jun. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552008000200011>. Acesso em: 20 abr. 2018.

LIBÂNEO, J. C. *Organização e gestão da escola*: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LÜCK, H. *Gestão educacional*: uma questão paradigmática. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006.



MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. *Educação por escrito*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/18875>. Acesso em: 20 abr. 2018.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p.1127-1144, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87314213003>. Acesso em: 20 abr. 2018.

OLIVEIRA, D. A. Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. *Educação em revista*, Belo Horizonte, v. 44, p. 209-227, dez. 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982006000200011>. Acesso em: 20 abr. 2018.

OLIVEIRA, R. P; ARAUJO, G. C. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 5-23, abr. 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000100002>. Acesso em: 20 abr. 2018.

PRITCHARD, A. Statistical bibliography or bibliometrics? *Journal of Documentation*, v. 25, n. 4, p. 348-349, 1969.

RAMOS, A. S.; ALVES, L. M. A fonoaudiologia na relação entre escolas regulares de ensino fundamental e escolas de educação especial no processo de inclusão. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 14, n. 2, p. 235-250, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382008000200007>. Acesso em: 20 abr. 2018.

SÃO PAULO. Lei complementar n. 1256, de janeiro de 2015. Estágio Probatório e institui Avaliação Periódica de Desempenho Individual para os ocupantes do cargo de Diretor de Escola e Gratificação de Gestão Educacional para os integrantes das classes de suporte pedagógico do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado, São Paulo, 7 jan. 2015. Disponível em: <http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dg280202.nsf/589653da06ad8e0a83256cfb0050146b/92fc3899e1d64b7983257dc8005e60f0?OpenDocument>. Acesso em: 29 set. 2017.

SILVA, M. R. *Análise bibliométrica da produção científica docente do programa de pós-graduação em educação especial/UFSCar: 1998-2003*. 2004. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos. 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3197?show=full>. Acesso em: 20 abr. 2018.



SOARES, J. F. Melhoria do desempenho cognitivo dos alunos do ensino fundamental. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 130, p. 135-160, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742007000100007>. Acesso em: 20 abr. 2018.

SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G. Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 147-165, jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ep/v29n1/a11v29n1.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

SOUSA, S. Z. L.; OLIVEIRA, R. P. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 84, p. 873-895, set. 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302003000300007>. Acesso em: 20 abr. 2018.

SOUSA, S. Z.; OLIVEIRA, R. P. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 793-822, dez. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742010000300007>. Acesso em: 20 abr. 2018

VIEIRA, S. L. Educação e gestão: extraindo significados da base legal. In: Ceará. SEDUC. *Nos paradigmas de gestão escolar*. Fortaleza: edições SEDUC, 2005.

VEIGA, I. P. A. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dez. 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622003006100002>. Acesso em: 20 abr. 2018.